

Operários depois do movimento operário – O caso da região (pós) industrial de Setúbal

Workers after the labor movement - The case of the (post) industrial region of Setúbal Abstract

João Santos¹

Resumo

A década de 80 foi marcada por um processo de desagregação do modelo industrial que vinha a ser construído no Ocidente. Foi também um período de fragmentação do mundo operário na grande maioria dos países industrializados, onde o fordismo e o keynesianismo revelaram os limites das suas potencialidades, abrindo caminho à emergência de um novo regime de acumulação. Em Portugal, este período de reestruturação foi também marcado pela integração na CEE, assim como pela recente memória dos anos revolucionários de 1974-1975. Partindo do caso da região de Setúbal, onde um movimento operário com fortes tradições de luta conviveu com uma profunda crise industrial, pretende-se refletir acerca do processo de crise e reestruturação da economia portuguesa nos anos 80, acompanhando o processo de recomposição operária. Para tal, a história oral será uma peça central enquanto instrumento de inquérito ao passado e ao presente em que este passado é recordado, permitindo aprofundar o conhecimento sobre a subjectividade operária num quadro de composição, decomposição e recomposição de classe.

Palavras-chave

desindustrialização; classe; memória operária; Setúbal.

Abstract

In general terms, the 1980's were characterized by the disintegration of the industrial model that had been built in the Western world up until then. This period was also one of fragmentation of the working class as a whole in most industrialized countries, where Fordism and Keynesianism revealed the limits of their potential by paving the way for the emergency of a new regime of capitalist accumulation. In Portugal, this period was also marked by the country's accession to the European Economic Community (EEC) and by the recent memory of the revolutionary years of 1974-1975. Starting from the case of the region of Setúbal, where a working class movement with strong traditions of struggle coexisted with a deep industrial crisis, it is intended to reflect on the process of crisis and restructuring of the Portuguese economy in the 80s, following the process of workers' recomposition. For this, oral history will be a centerpiece as an instrument of inquiry into the past and present in which the past is remembered, allowing to deepen the knowledge about the subjectivity of the workers within a framework of class composition, decomposition and recomposition.

Keywords : deindustrialisation; class; working class memory; Setúbal.

¹ João Santos é licenciado em Ciência Política pelo ISCTE (2013) e Mestrando no curso de História Contemporânea na FCSH-UNL, no âmbito do qual desenvolveu a sua dissertação sobre a região de Setúbal e as profundas transformações industriais e de classe vivenciadas na década de 80.

Introdução

“Se você quer escrever uma dissertação sobre trabalhadores (de fábrica), você deve ir ao segundo andar, ao departamento de Arqueologia”

Gigi Roggero, Liberdade Operaísta

Trinta e seis anos depois da publicação do livro *Adeus ao Proletariado* (1982) de André Gorz, a tradicional classe trabalhadora - que tem vindo a assistir ao seu declínio material através de processos de desindustrialização, deslocalização para países com mão-de-obra mais barata e automação da produção - voltou a fazer títulos de notícias na sequência de eventos como o *Brexit* ou as eleições norte-americanas. Face a estes eventos, ganhou redobrada oportunidade pensar os processos de desindustrialização e recomposição da classe operária. Neste artigo pretende-se dar um contributo para trazer a classe operária de volta à história e ajudar a compreender essas transformações que começaram a dar-se no seu interior na década de oitenta.

Para empreender esse caminho, tomar-se-á como ponto de partida o processo de desindustrialização na região de Setúbal entre 1979 e 1993², tendo um particular foco nos estaleiros navais da Lisnave e da Setenave, uma vez que devido à dimensão e também ao simbolismo inerente a estas duas empresas, pode-se certamente afirmar que os estaleiros representam um significante quer para a história da industrialização em Portugal quer para o movimento operário organizado. Em última instância – salvaguardando as particularidades históricas e a própria dimensão material – podemos afirmar que a região de Setúbal e os estaleiros da Margueira e da Mitrena estarão para a classe operária como estiveram Turim e a Fiat ou Detroit e a General Motors.

² A escolha do ano 1979 para iniciar esta investigação deve-se ao segundo choque petrolífero, que será determinante na atividade e futuro dos estaleiros, assim como na vida destes operários. A data escolhida para balizar um “fim” é por ser um momento de reconversão produtiva, em que se dá a abertura da Autoeuropa, empresa produtora de automóveis e de alguma forma, exemplo expressivo do pós-fordismo em Portugal. Desta forma, podemos considerar que 1993 representa um período de transição quer na região quer na própria história da classe trabalhadora.

No entanto, esta reflexão acerca da reestruturação económica vivida em Portugal nos anos 80 e que teve em Setúbal o ponto alto de tensão social, não pretende ser uma simples reflexão sobre a história económica em sentido estrito mas sim uma reflexão feita a partir da recuperação das histórias de vida de operários que trabalharam nestes estaleiros e que neste período se encontram num quadro de decomposição e recomposição de classe³.

Partindo do processo de resistência da classe operária neste período, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre a subjectividade operária que, como nota E.P. Thompson, não sendo um objeto dado de antemão, se constrói a si mesma tanto quanto é construída (1981, p.121). Em última análise, neste artigo pretende-se encontrar respostas, ainda que incompletas, a algumas questões lançadas por Mario Tronti acerca da classe operária neste período: existiu uma derrota operária? Em caso afirmativo, em que termos, em que dimensões, com que efeitos? (2016, p. 425).

Um diálogo entre E.P. Thompson e o *Operaismo*

Apesar de ter perdido a sua centralidade no campo das ciências sociais e humanas nas últimas décadas, a definição de operariado sempre ocupou a atenção de muitos investigadores tornando uma análise do conceito digna de vários trabalhos exclusivamente sobre o tema. No entanto, é importante recuperar um debate que já via as suas sementes lançadas na introdução do 18 de Brumário de Louis Bonaparte de Karl Marx. Afirmava este que:

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (1961, p.203)

Trata-se aqui da relação entre a agência e a estrutura, algo que irá atravessar toda a historiografia acerca da classe operária, mas que teve provavelmente mais impacto no debate despoletado pela publicação do livro de E.P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987). É preciso recordar que este debate surge na década de sessenta. É um período em que o estruturalismo se tornava hegemónico enquanto forma

³ Entrevistaram-se 5 operários que trabalharam quer na Lisnave quer na Setenave. No entanto, uma vez que este artigo é resultado de uma investigação de maior dimensão no âmbito de um mestrado, aqui as histórias de vida serão inevitavelmente exploradas sem a mesma profundidade.

de ler o mundo e ao mesmo tempo emergia aquilo que ficou conhecido como a nova esquerda, uma corrente que estava longe de ser homogênea, trazendo consigo os primeiros passos para uma viragem culturalista que sempre manteve uma relação contraditória com a visão estruturalista desenvolvida por autores como Althusser.

No caso concreto da abordagem *thompiana*, trata-se de um confronto direto com essa visão. Como nota Alice Ingerson, as abordagens estruturalistas marxistas ou não-marxistas sobre o conceito de classe tendem a dividir a classe em duas componentes, uma de posição de classe e outra de consciência de classe (1981, p.865). Desta forma os marxistas definem a posição de classe como sendo a relação entre as pessoas e os meios de produção e os não-marxistas definem classe como grau relativo na hierarquia de rendimentos e da instrução (ibid.).

Na obra já referida, Thompson visa distanciar-se dessas abordagens onde, como o próprio afirma, existe a:

“(...) omnipresente tentação de supor que a classe é uma coisa (...) Supõe-se que “essa coisa”, a classe operária, tem uma existência real, que se pode definir quase matematicamente — uns tantos homens que estão numa determinada relação com os meios de produção. Com base neste pressuposto, torna -se possível deduzir a consciência de classe que “essa coisa” tinha de ter (...) se “essa coisa” estivesse convenientemente consciente da sua própria posição e dos seus reais interesses. Há uma superestrutura cultural, através da qual este reconhecimento se manifestaria por vias ineficazes (...) Se pensarmos que a classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos admitir isto (...)” (1987, p. 10)

De facto, na obra de Thompson, o conceito de classe “entende-se como um fenómeno histórico unificando um número de eventos aparentemente desconexos, tanto na matéria bruta da experiência como na consciência”. Este não vê “a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que acontece na realidade (e que pode ser mostrado como aconteceu de fato) das relações humanas” (ibid.).

Assim, para Thompson, o conceito de classe não é uma estrutura mas um processo, ou seja, um conjunto articulado de práticas coletivas que ultrapassam o domínio do económico, do político e do ideológico-cultural (Aguiar, 2011, p.32).

Esta valorização da subjetividade operária, contrariando uma abordagem em que domina o primado da estrutura, não se absteve de merecer algumas críticas, criando um aceso debate no seio dos historiadores marxistas ingleses próximos da visão

estruturalista⁴. Não havendo aqui o espaço necessário para discorrer sobre um debate bastante vivo e complexo, importa-nos, no entanto, salvaguardar a importância que teve a obra de Thompson. Ao resgatar a experiência humana da jaula de ferro da estrutura, deu as ferramentas necessárias para que outros investigadores não só pensassem o processo de formação dessa mesma classe mas também pensar o processo de desfazer-se da classe operária no último quartel do século XX com o aprofundar da desindustrialização no Ocidente (Garruccio, 2016, p.50). Como nota Roberta Garruccio, Thompson abriu a porta para que não se descure a experiência operária e as expressões da mudança social, permitindo olhar de forma crítica para a suposta desaparecimento da classe operária, expressão que surge de forma sub-reptícia sugerindo o cancelamento cultural de uma classe social, que em termos quer percentuais, quer absolutos mais do que desaparecer se tornou invisível (ibid.).

Esta questão de transformação da classe operária, e não simplesmente o seu desaparecimento permite-nos fazer manter o diálogo com outra corrente de pensamento marxista que se começou a desenvolver em Itália nos anos sessenta e setenta, como é o caso do *operaismo*. Como nota Antonio Negri, a questão da constituição era um tronco comum entre o pensamento de Thompson e o trabalho teórico desenvolvido pelo *operaismo* (2003, p.113). Na verdade, o conceito a que estes deram o nome de “composição de classe”, parece-nos ser um complemento necessário à ideia de “experiência”, uma vez que prossegue o esforço de desenvolver criticamente a relação entre a estrutura e a agência dos operários, acompanhando este desenvolvimento por uma periodização de transformações no seio dessa mesma classe.

Segundo esta corrente podemos olhar para a “composição de classe” como uma inversão do conceito (desenvolvido por Marx) de composição orgânica do capital. Este conceito divide-se em duas dimensões: a composição técnica e a composição política, dizendo a primeira respeito à questão mais objetiva, como é a posição dos trabalhadores no processo produtivo, os métodos de produção, desenvolvimento tecnológico, entre outros aspetos relacionados com o sistema produtivo e a segunda dimensão dizendo respeito ao elemento subjetivo, à identificação das pessoas enquanto trabalhadores, a aceitação ou não da disciplina patronal e também outros elementos, como crenças, valores, práticas de resistência, de forma coletiva ou individual, e, claro, formas de

⁴ Para uma leitura mais aprofundada do debate que opôs a abordagem de E.P. Thompson à abordagem estruturalista é de conferir: Perry Anderson, *Arguments Within English Marxism*, Verso, 1980.

organização (Roggero, 2016, p. 98-99).

Este conceito contribuiu de duas maneiras para inverter a hegemonia de um estruturalismo mais ortodoxo. Não segue a ideia liberal do livre-arbítrio, antes pensando a realidade a partir das forças e das relações produtivas que condicionam materialmente os sujeitos (Negri, 1988, p. 105), mas ao mesmo tempo, olha para a classe operária como sendo um sujeito dinâmico, composto por necessidade e desejos. Desta forma, o sujeito operário seria constituído e constituinte e seria desta tensão que surgiria a transformação do real.

Para além disso, a relação entre estes dois conceitos permite pensar a classe operária inserida num processo dinâmico de decomposição e recomposição, tendo obviamente em conta as particularidades históricas em cada momento. Assim, estes autores olham para o “fazer-se” da classe operária não como um evento confinado a um único período, mas antes como uma contínua relação entre o desenvolvimento capitalista e as lutas operárias para o superar (Wright, 2002, p. 78).

Esta abordagem é particularmente visível na periodização feita por Antonio Negri. Segundo este, podemos assistir a uma primeira fase de produção industrial que antecede a total utilização dos regimes fordistas e tayloristas, fase definida pela figura do operário profissional, um trabalhador altamente especializado e organizado hierarquicamente na produção industrial. A segunda fase seria correspondente à hegemonia do fordismo e taylorismo, definindo-se pela figura do operário-massa, um trabalhador não-qualificado, que se desloca dos campos para as zonas industriais e é colocado a trabalhar na linha de montagem, demonstrando, muitas vezes, a recusa do trabalho e da fábrica. E por fim, a fase atual corresponderia ao pós-fordismo, com um regime de produção informático, tendo como figura o operário social que se define em grande medida pelo trabalho imaterial (Negri e Hardt, 2000).

Estes dois conceitos, o de experiência, desenvolvido por Thompson, e o de composição operária, desenvolvido num contexto de investigação militante por um conjunto variado de pessoas organizadas em torno do movimento *operaísta*, permitir-nos-ão, por um lado repensar as transformações ocorridas na década de oitenta não como um processo de fim de um sujeito, mas sim uma decomposição que desembocará numa nova fase. E a par disto, sublinhe-se que o contributo thompsonian é essencial para compreender esta decomposição a partir da experiência dos trabalhadores enquanto uma

relação historicamente determinada onde estes são sujeitos e não meros objetos ou números.

O papel da história oral na recuperação da subjectividade operária

Como nota Joan Sangster, há muito tempo que a história oral e a classe operária estão diretamente relacionadas (2013, p.1). Encontrando as suas vozes ausentes em arquivos oficiais, a história oral revela a sua principal marca, a capacidade de dar voz a estes grupos recuperando do vivido conforme concebido por quem viveu (Alberti, p.5).

No entanto, este também é um dos principais debates da historiografia e da sua relação com a história oral. Serão as fontes orais suficientes por si só ou são apenas auxiliares das fontes documentais? Importa aqui recuperar o contributo de Alessandro Portelli; segundo este, as fontes orais têm uma forma e uma credibilidade distintas, que residem exatamente na sua subjectividade, ou seja, por incluírem o erro, a imaginação, o desejo, as fontes não só revelam a história acerca do que aconteceu, mas também o significado da história e, dessa forma, o significado mais do que o “facto” é o que caracteriza a história oral e a torna um mecanismo necessário para a história da subjectividade (2008, p.14). Acresce ainda que as posições cétricas face ao uso de fontes orais e à sua validade ou objetividade para pensar o passado, acabam por ignorar a contribuição da “viragem cultural” ocorrida nos anos 70 e 80, que contribuiu decisivamente para refletir sobre as próprias fontes escritas utilizadas pelo historiador e como estas não são espelhos transparentes que nos permitem acesso direto ao passado (Cardina, 2016, p. 36).

Desta forma, com a história oral não se trata apenas de preencher lacunas, comprovar ou ilustrar informações contidas em documentos escritos (Ferreira, 1994, p. 9). Ao salvar os sujeitos entrevistados da enorme condescendência da posteridade (Thompson, 1987, p.123), valorizando as suas vivências e a sensibilidade dos mesmos e, ao mesmo tempo negando, a memória enquanto terreno estanque e imóvel estimula-se uma igualdade entre o investigador e o sujeito histórico dentro das suas desigualdades socioculturais e estabelece-se uma relação de aprendizagem mútua e de práticas intercambiáveis entre a cultura oral e a cultura letrada (Khoury, 2010, p.11). Trata-se, portanto, de um método dialógico, em que, como nota Portelli, o conteúdo da fonte oral

depende largamente do que os entrevistadores colocam como questões, diálogos e relações pessoais (1997, p.34).

Desta forma, a comunicação funciona de ambos os lados é que, para além das escolhas do investigador, os entrevistados também tomam um papel ativo no processo, estudando os entrevistadores que os “estudam” (Ibid. p.36). Assim, o resultado final da entrevista é produto quer do narrador quer do investigador, o que coloca em causa, ao mesmo tempo, a ideia de um discurso puro, como por exemplo seria o da classe operária nos anos 70, discurso de que o historiador seria um mero veículo; o próprio papel do historiador enquanto produtor do conhecimento histórico neutro, ou seja, no caso da história operária, a história oral funciona como instrumento para recuperar a subjetividade desses mesmos operários, equilibrando um terreno que é essencialmente dominado por fontes “objetivas” como relatórios da polícia ou imprensa (ibid. p.37); este método recentra a própria subjetividade do historiador no centro da produção historiográfica, pois apesar do discurso ser produzido pelo entrevistado, nunca deixa de ser controlado pelo historiador, que escolhe as pessoas a ser entrevistadas e contribui para a moldagem do testemunho através das suas questões e reações às respostas (ibid. p. 35).

Em suma, se obviamente se admite que a classe operária fala através da história oral, esta também fala para o historiador, com o historiador e através do historiador, colocando-o dentro da narrativa e tornando-o parte da história, interrompendo e substituindo assim a imparcialidade reclamada pelos historiadores tradicionais (ibid. p.39).

Um último ponto a ter em atenção aquando da utilização da história oral como método é a relação entre a singularidade do entrevistado e o coletivo que representa. Como podemos pensar a classe operária a partir de biografias se as narrativas dos entrevistados são construções e apropriações históricas feitas pelos próprios? (Costa, 2015, p.6). Como nota Khoury, existe uma relação entre o coletivo da história e a experiência biográfica de cada um (ibid, p.12-13).

Assim, apesar da singularidade inerente aos relatos de memórias, estes são impregnados de discursos sociais cristalizados na língua, cultura e nas práticas cotidianas do sujeito como um todo. As narrativas são, simultaneamente, individuais e sociais (Montenegro, 2007, p.117). No caso da classe operária, as enunciações de um

operário exibem as marcas acumuladas da multiplicidade de determinações objetivas que pesam globalmente sobre o modo de vida operário, as quais, ao longo da história singular e coletiva a que são submetidos todos os ocupantes de um mesmo lugar social, cooperaram para moldar a pluralidade de traços que constituem a sua estrutura de personalidade (Monteiro, 2013, p. 134)

O caso da região de Setúbal: O nascimento e a queda de uma região industrial

De uma forma geral, a década de 80 é marcada por um processo de desagregação do modelo industrial e do mundo operário na grande maioria dos países industrializados onde o fordismo e o keynesianismo revelam os limites das suas potencialidades históricas, abrindo espaço à emergência de um novo sistema de relações industriais, mesmo se é verdade que entre o velho e o novo se verificam continuidades importantes (Lima *et al*; 1992, p.9). É uma década, que do ponto de vista político-institucional, tem como ponto de partida a eleição de Margaret Thatcher em 1979 no Reino Unido e de Ronald Reagan em 1980 nos Estados Unidos da América, acentuando uma viragem neoliberal que vinha ganhando apoiantes no período anterior (Harvey, 2005, p.1). No caso português, um país semiperiférico saído recentemente de um processo revolucionário, a década de oitenta representará aquilo que o sociólogo Boaventura Sousa Santos define como a passagem complexa e contraditória do Estado Paralelo para o Estado Heterogéneo. De uma primeira fase que permitiu que, mesmo existindo uma base legal e institucional tipicamente fordista, fosse possível ao capital privado reestabelecer as condições de acumulação (Santos, 1993, p.32), à entrada na CEE, em que se deu a criação das condições para uma redução do distanciamento entre o quadro institucional e as relações sócio-económicas. Respondendo positivamente à emergência de um novo regime de acumulação, em que o Estado toma papel ativo ao criar condições para a reconstrução de um novo setor monopolista industrial e financeiro, tendo em conta as novas condições da economia- mundo e os novos moldes de acumulação capitalista internacional (*ibid.* p.37).

Este processo será particularmente visível numa região tipicamente operária como era a de Setúbal. Ali reuniram-se várias características: crise das indústrias tradicionais, uma elevada taxa de desemprego, a implementação de novas indústrias, um

operariado com fortes tradições de luta e a aplicação de um programa de recuperação económica, apoiado pela CEE (Lima et al; 1992, p.9).

No entanto, torna-se impossível compreender a grave crise económica e social que afetou a península de Setúbal sem ter em conta a complexidade do processo de industrialização desta região. Apesar do grosso da industrialização se dar a partir da década de 60, a península de Setúbal sempre foi uma região privilegiada pelos diversos tipos de indústria.

Se já nos séculos XVI e XVIII existia alguma indústria na região, no século XIX começa a ganhar forma um verdadeiro desenvolvimento industrial. Este processo terá uma explosão no período da Regeneração, permitindo que, aquando do início do século XX, a Península de Setúbal fosse uma das regiões com maior diversificação sectorial a nível nacional, integrando a cintura de concentração industrial que se começava a configurar em torno de Lisboa (Soares, 2000, p.62).

No século XX, a região só volta a conhecer um desenvolvimento industrial mais acentuado entre os anos trinta e quarenta. É neste período que, usufruindo do tímido desenvolvimento industrial permitido no quadro do Estado Novo, a península vai receber grandes empresas, como os estaleiros Parry & Son em Cacilhas, as oficinas da CP no Barreiro e obviamente a CUF. Este processo de industrialização é claramente caracterizado por atividades intensivas em capital e trabalho e que se baseiam em economias de escala (Ibid. p.63).

Contudo, o verdadeiro salto industrial na península de Setúbal só ocorre com o lançamento dos planos de fomento na década de sessenta. Desfrutando da “fase de ouro do desenvolvimento industrial” (Lopes, 1998, p.84) em Portugal – que se deve em muito à adesão à EFTA e à “vitória” dos setores industrialistas sobre os agrários - a Península de Setúbal logo no início da década de sessenta (período em que se encontra em vigência o II Plano de Fomento) recebe os estaleiros da Lisnave que se vão sediar em Almada, e a Siderurgia Nacional, que se vai sediar no Seixal, sendo estas as mais relevantes a nível tecnológico, de capital investido e de mão-de-obra (Soares, 2000, p. 65).

Na década de setenta, os tipos de indústria diversificam-se, salientando-se a chegada da indústria eletrónica através da Plessey AEP (telefones e centrais telefónicas), com uma fábrica em Corroios; da indústria automóvel, que se concentrará

principalmente no concelho de Setúbal através do Entrepósito Industrial, da IMA e da Movauto e, ainda, do ramo da celulose e papel e da construção e reparação naval, que se vão também instalar no concelho de Setúbal, através da Socel e da Inapa, no primeiro caso, e da Setenave no segundo (ibid. p.65).

Podemos pois ver que o processo de industrialização na península de Setúbal acompanhou em grande medida os instáveis surtos de industrialização em Portugal, tornando a península numa bolsa industrial que manteve uma complexa coexistência de paradigmas tecnológicos, organizacionais e económicos no desenvolvimento das estruturas industriais. Se numa primeira fase este surto – anos 50 e primeira metade dos anos 60 – acompanhou a política de substituição de importações (como é o caso dos adubos, aços e cimentos), numa segunda fase, aberta na década de setenta, a expansão industrial virou-se a exportação, através da já consolidada indústria de construção e reparação naval e, mais tarde, do setor da montagem automóvel, eletrónica e pasta de papel, beneficiando em muito da abertura iniciada com a adesão à EFTA (Guerra, 1991, p.848).

Este surto de industrialização que se inicia a partir da década de sessenta acarreta uma outra transformação na região de Setúbal, relacionada com a imigração do Alentejo para estas zonas industriais da península. Como nota Maria Teresa Rosa, “Setúbal é, no contexto do país, um caso verdadeiramente excecional, pela constância da atracão que exerce (...)” (1998, p.30). Na verdade, a partir da década de 50, assiste-se a um crescimento substancial da população, ultrapassando a média de crescimento nacional. Entre a década de sessenta e setenta a população assiste a um crescimento de 3,24%, sendo que, entre a década de setenta e oitenta o crescimento populacional encontra-se entre os 3,76%⁵. Esta imigração veio sobretudo do sul do distrito, à procura de emprego nas grandes empresas que emergia m neste período e criando novos problemas, especialmente relacionados com a forte dependência do mercado de trabalho por parte destes trabalhadores, uma vez que 85,7% deles dependia totalmente dos seu salários, não tendo outro tipo de rendimento que possibilitasse cobrir as necessidades em tempos de crise económica.

Marcada pelas inconstantes apostas industriais em Portugal, a península de Setúbal conheceu entre os anos sessenta e setenta um crescimento rápido do setor

⁵ Veja-se o documento oficial *Operação integrada de desenvolvimento da Península de Setúbal: 1989-1993*. - [Lisboa]: Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, 1990.

industrial, caracterizado pela instalação de empresas multinacionais, cuja atividade industrial se especializa em setores muito dependentes do exterior, quer ao nível energético e de matérias-primas quer ao nível do capital implantado, para além de ser uma industrialização pouco diversificada, onde as quatro principais unidades de produção concentravam, em 1984, 33% do emprego (Torres, 2001, p.43).

Estas questões serão cruciais para explicar a trajetória desta região ao longo da década de oitenta, período que será um ponto de viragem. A nível internacional, a década abre com os efeitos do segundo choque petrolífero de 1979. Mais do que uma crise energética, o choque rapidamente criou uma recessão da economia europeia, revelando as fragilidades da economia portuguesa (Lains, 2012, p.402). Os anos que se seguem revelam um crescente défice da balança de transações correntes, fazendo com que Mário Soares, primeiro-ministro do governo de bloco central, assinasse um segundo acordo com o FMI, aplicando fortes cortes orçamentais e aumentos de impostos. Vive-se assim o período das chamadas políticas de “estabilização”, cujo principal objetivo era reduzir o défice da balança de transações correntes, uma política essencialmente assente na travagem da economia (contração da procura global: consumo e investimento) e não no aumento da produção (Torres, 1996, 86). Neste quadro recessivo, o setor industrial, e em particular o setor metalúrgico e metalomecânico da península de Setúbal, será completamente abalado, criando uma situação económica e social insustentável a curto prazo.

Os efeitos da crise serão dramáticos na região encontrando-se também no centro dessa crise os estaleiros navais da Lisnave e da Setenave. Fundadas em 1961 e 1971 respetivamente, estas empresas nascem num contexto económico internacional favorável em que o fecho do canal do Suez e o agravamento da situação no Médio Oriente leva a que a rota do Mediterrâneo feita pelos superpetroleiros fosse substituída pela rota atlântica, o que levou a um aumento exponencial no volume de reparações por parte da Lisnave (Varela, 2010, p.348) e a uma cada vez maior necessidade de dar resposta ao mercado levando a que os acionistas da Lisnave projetassem também o estaleiro da Setenave⁶. Nestes dois estaleiros formar-se-á uma cultura operária bastante radicalizada que em 1969 dará início a um ciclo de lutas que terá como ponto alto o

⁶ Apesar da Setenave ter surgido como estaleiro complementar da Lisnave, o processo revolucionário de 1974/75 levará à nacionalização da primeira, criando assim uma bifurcação de caminhos entre estas duas empresas que só voltarão a ser unificadas já na década de 90 com o processo de reprivatizações.

biénio revolucionário de 1974/75 que derrubou a ditadura do Estado Novo e marcou profundamente o sistema produtivo e a relação de forças na sociedade portuguesa⁷.

No entanto, os estaleiros a partir dos últimos anos da década de setenta são assolados por salários em atraso, despedimentos e constantes reestruturações, o que abrirá portas à reversão do quadro criado pelo processo revolucionário. Entre 1980 e 1994, os estaleiros da Lisnave e da Setenave em conjunto haviam perdido 10.636 trabalhadores.

Em 1989, dá-se a privatização da Setenave, passando o estaleiro a ser explorado pela Solisnor (um consórcio entre a Lisnave, a Soponata e noruegueses da Barber International, Wilhelmsen e Platou), e nove anos depois, já em 1998 os Mello⁸ compram a Setenave ao Estado por 5 milhões de contos. No ano 2000, o estaleiro da Margueira, onde se encontrava a Lisnave, é desativado, transferindo-se esta para a Mitrena, onde se encontrava a Setenave antes da sua privatização.

Esta cronologia entre o choque petrolífero de 1979 e 1993 pode ser dividida em dois momentos que não se encontram necessariamente separados. Um primeiro, marcado por um conjunto de conflitos, que se articulam entre o confronto direto e um clima de tensão nos estaleiros e um segundo momento que leva à chamada “paz social” e à crise de um certo tipo de composição operária. A partir da memória dos operários que viveram este período na primeira pessoa, tentarei na secção seguinte analisar, dentro das limitações de espaço, estes dois momentos que levaram a profundas transformações no seio deste corpo operário de fato de macaco e capacete que ocupou um papel de destaque entre a década de sessenta e o início dos anos noventa.

A classe operária em recomposição

Em 1986 aquando de um seminário intitulado “Acreditar no futuro – saudar o presente”, o então ministro do trabalho e segurança social do X Governo Constitucional, Mira Amaral, afirmava que a região de Setúbal vivia “uma difícil transição entre aquilo a que se convencionou chamar a Segunda Revolução Industrial e um novo modelo (...)

⁷ Uma vez que por limitação de espaço não é possível aprofundar os acontecimentos ocorridos no biénio revolucionário veja-se o trabalho de Miguel Perez, *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Dissertação de Mestrado, 2008.

⁸ Uma das principais famílias da classe dominante portuguesa. Sendo que José Manuel de Mello era o presidente do conselho de administração da Lisnave.

designado por Terceira Revolução Industrial.” (1986, p.6) Tratava-se pois de uma transição, passando de um modelo de indústria pesada para uma indústria ligeira, com o uso de tecnologias de forma descentralizada contra processos de produção em massa (idem). Segundo este, dever-se-ia passar de “um pequeno número de grandes organizações para uma nuvem industrial móvel, flexível e inovadora” (ibid. p.19).

Esta nova semântica que contrapõe flexibilidade e inovação à rigidez e massificação tornar-se-á hegemónica, permitindo aos empregadores fazer uma maior pressão sobre o controlo do trabalho numa mão-de-obra que se encontrava enfraquecida por duas crises selvagens de deflação (Harvey, 1991, p.147). Com o surgimento deste “novo espírito do capitalismo”, dá-se uma transformação profunda na organização do trabalho, através de formas como a polivalência, autocontrolo ou desenvolvimento da autonomia (Boltanski e Chiapello, 2009, p.240). Desta forma foi possível transferir para os assalariados o peso das incertezas do mercado (idem).

No entanto, a transferência não ocorrerá de forma pacífica. Se é verdade que os anos oitenta são marcados por uma retomada ideológica do patronato, nos locais de trabalho foram utilizadas técnicas bastante violentas para liquidar o contrapoder operário que havia surgido com a revolução de abril (Telles, 2006, p.17).

De facto, este período pode ser pensado a partir de um processo que Marco Revelli define como a passagem de uma ética da solidariedade, uma mistura de valores, regras de vida, de memórias e certezas que fizeram a alma e a identidade do movimento operário para uma “ética da sobrevivência” que alimenta o individualismo competitivo e que, numa gestão supostamente racional da crise (1982, p.100), abrindo assim as portas para a decomposição de uma determinada cultura operária, representada na figura do operário naval. Como nota Cipriano P.⁹, um dos operários entrevistados:

“Houve um processo de desgaste e de tentar derrotar a malta através da fome, não é... depois começou a haver despedimentos coletivos, começou a haver a malta... numa fase, começou a haver uma situação que foi a abertura de rescisões voluntárias. Portanto a saturação em determinada fase foi tanta que de um dia para o outro... epá não digo de um dia para o outro, mas no prazo de quatro, cinco dias, uma semana, na primeira leva de rescisões voluntárias foram à volta de 2.000 pessoas. Quer dizer, é uma coisa... isso depois tem influência na participação, na organização das pessoas”

Expressões como “desgaste”, “levado ao extremo” ou “vergar” tornam-se parte do vocabulário destes operários e a necessidade de procurar outras soluções que não as

⁹ Entrevista com Cipriano P. no dia 16.03.2016.

organizadas no seio do movimento operário tornam-se frequentes. No entanto, se começam a ser observáveis condutas individuais de carácter utilitarista, que se manifestam através da aceitação dos processos de rescisão voluntária dos contratos de trabalho (Rosa, 1988, p.54), também é verdade que a conflitualidade se manteve em níveis elevados.

Vive-se de facto aquilo que James Scott refere como um testar de limites (2013, p.264), em que os operários se encontram, por via dos salários e atraso e dos despedimentos, num contexto em que o confronto aberto é pensado com prudência, levando a que no quotidiano do estaleiro as tais formas infrapolíticas de resistência ganhem vida. Um dos espaços onde isso é visível é o “desemprego”. Como recorda Francisco T.¹⁰ outro dos operários entrevistados:

“ (...) a Lisnave tinha um refeitório onde o pessoal que estava no “desemprego” ia para onde? Não ia para casa, numa primeira para um refeitório, enchia. Quando a gente não tinha trabalho ia para o... era o chamado desemprego, desemprego porque não tinha trabalho (...) havia situações em que havia 100 ou 200, havia outras situações que havia lá milhares por isso é que há uma fase nesse plano que era também para criar aqui, mas no entanto o pessoal lá falava uns com os outros, estava organizado, falava -mos uns com os outros, havia aqueles que jogavam às cartas, havia aqueles que liam, havia aqueles que dormiam, e havia aqueles que falavam, falava-se muito, então o patrão, nesta... digamos reorganização, uma das reivindicações do patrão era pôr-nos em casa não é? (...). Ora, pa havia muita malta ‘pa isso interessa, a cabecinha não funciona’, está lá fora não está cá é logo meio caminho andado para não entrar essa é a primeira, segunda não fala com os outros, não fala com os outros que estão mais despertos para os problemas, para a política e as consequências e as saídas e alternativas, está lá fora está desorganizado não é? (...)”

O refeitório enquanto espaço que recebia os operários que não tinham trabalho ocupava aqui um papel quase semelhante ao das tabernas no século XIX enquanto espaço social, de partilha de discursos anti-hegemónicos (Scott, 2013, p.176), onde se “jogava às cartas”, “lia” e “falava-se muito”, ou seja, um espaço onde os operários se podiam organizar dentro do próprio estaleiro no seu horário laboral. No entanto, assim como os espaços de sociabilidade dos grupos marginais do século XIX, também aqui houve uma “vigilância a partir de cima” (ibid., p. 179), que é recordada por Francisco como uma forma de atomização imposta pela administração visando desorganizar os operários.

Para além destas formas de discurso oculto, o estaleiro da Lisnave também se

¹⁰ Entrevista com Francisco T. no dia 10.04. 2016.

tornava palco de ações voluntaristas por parte de grupos informais de operários, criando-se assim uma declaração aberta desse mesmo discurso oculto (ibid., p.269).

Como recorda Francisco:

“... a comissão de trabalhadores (CT) queria controlar tudo mas não controlava neste período não controlava, eu muitas semanas eu e outros juntávamos 20, 30, 40, 50 independentemente da CT à revelia da CT e eles se aparecessem inclusive eram escoraçados por quererem controlar, a malta entravamos no edifício da administração, e íamos lá aos gabinetes e o caraças porque muitas vezes a administração não vinha para aí porque epa a malta não tinha defesas tinha que ir lá era assim.”

Assiste-se assim a um ambiente de instabilidade, onde este tipo de ações sem enquadramento por parte da comissão de trabalhadores e sem qualquer outra estrutura formal se tornam parte do quotidiano no estaleiro. De alguma forma estas formas de voluntarismo mais radical, que visava pressionar e até ameaçar diretamente a administração, acabam por tornar-se uma “armas dos fracos”¹¹ neste período mais intenso da crise.

No entanto, estas não são as únicas formas de resistência por parte destes operários. Outros eventos tradicionalmente enquadrados no campo político foram por eles vividos intensamente e marcaram este período. Foram três os momentos de maior conflito neste período: a greve geral de fevereiro de 1982, a greve de sete semanas na Lisnave durante a qual se sequestrou um navio e, por fim, o bloqueio da ponte 25 de Abril. Não havendo espaço para aprofundar o que ocorreu em cada um destes confrontos ficam as palavras de Cipriano P. que sintetizam bem este período:

“Tu... tu a moral que saíste daquilo, mesmo que não... podendo não ganhar... mas ganhaste uma coisa, que foi a dignidade das pessoas. “Epá estes cabrões estão-nos a fazer isto mas a gente também lhes faz a vida negra”.

De facto, a derrota acabou por se consumir nos estaleiros mas, enquanto foi possível, construíram-se várias formas de resistência como as que vimos, resistência essa que se realizava já não só pelo salário ou pelas condições de trabalho mas também pela dignidade sob ataque.

A segunda metade da década de oitenta é marcada por uma mudança na resolução do conflito. Desgastados pelo prolongamento da tensão, salários em atraso e

¹¹ Entenda-se aqui a expressão “arma dos fracos” no sentido algo variado que lhe atribui James Scott: “Tenho em mente as armas comuns de grupos impotentes: arrastar o pé, dissimulação, falso cumprimento, ignorância fingida, calúnia, incêndio criminoso, sabotagem, e assim por diante” in James Scott, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, Yale University Press, 1985, p. xvi.

consecutivos despedimentos as formas institucionais como é o caso do pacto do social entram em cena. Não sendo algo que tenha surgido apenas na segunda metade dos anos oitenta¹², será o pacto social assinado em 1986 na Lisnave aquele mais marcou este período. Assiste-se a uma tentativa de recuperar o conflito social para dentro do sistema e torná-lo funcional. No entanto, se é verdade que estes processos visam a pacificação da classe operária, trata-se sempre de um processo dinâmico e inacabado, o qual, mais do que ser compreensível simplesmente enquanto “derrota” ou declínio, ganha em ser visto como crise e decomposição. Como escreveu Antonio Negri num texto de final dos anos 60:

“Uma vez reconhecido o antagonismo, o problema é torna-lo funcional de tal forma que previna um dos polos do antagonismo de se soltar para um ação destrutiva (...) a classe operária deve ser controlada funcionalmente dentro de uma série de mecanismos de equilíbrio que se irão ajustar dinamicamente de tempos a tempos (...) O Estado está agora preparado para descer à sociedade civil, para recriar continuamente a fonte de legitimidade num processo de reajustamento permanente das condições de equilíbrio” (1988, p.7)

O processo que se seguiu à assinatura do pacto social na Lisnave alterou radicalmente o terreno sobre o qual estes operários se moviam, alterando também a sua condição e a sua configuração. O estaleiro que nos anos setenta representava um lugar que dava significado e substância a estas existências individuais, o lugar onde se encontrava não só a base do significado político mas também valores partilhados, vai sendo desmantelado (Revelli, 1996, p.116), dando lugar a um espaço de individualização e competição entre operários.

Este novo cenário desenvolve-se de duas maneiras. Por um lado, a maioria dos trabalhadores entrevistados viram-se obrigados a criar pequenos negócios pessoais ou a trabalhar em pequenas empresas no seguimento do seu despedimento, acabando por se adaptar à rápida reconfiguração do território industrial, que substituiu a indústria pesada pelos serviços e uma indústria com características pós-fordistas (o caso da Autoeuropa). Por outro lado, deu-se uma profunda transformação no seio dos estaleiros, onde se tornou dominante a dualização dos assalariados. Como referem Boltanski e Chiapello: “As novas práticas das empresas conjugam seus efeitos para diversificar ao extremo a condição salarial, inclusive entre o pessoal empregado num mesmo local, cujos membros podem estar ligados a um grande número de empregadores e ser geridos

¹² Já em 1983 havia sido assinado o primeiro pacto social na Setenave apesar de não ter o peso simbólico do pacto assinado na Lisnave três anos mais tarde.

segundo regras diferentes em termos de salário, horários etc.” (ibid., p.254).

Este “novo espírito do capitalismo”, alicerçado essencialmente no *outsourcing* de trabalhadores, deixa-nos assim perante “um mosaico de pessoas às quais se aplicam tantos estatutos quantas são as empresas representadas no local de trabalho. Encontramo-nos assim perante uma fase embrionária de passagem do sujeito produtivo¹³ a este novo tipo de sujeito, por via daquilo que Maurizio Lazzarato denomina como “construção do capital humano” (2006, p.3).

Como este nos diz, “capitalização é uma técnica que é suposto contribuir para transformar o trabalhador em um fragmento do capital (“capital humano”), isto é, que tem que garantir a sua forma de valorização ao gerir todas as suas relações, as suas escolhas, os seus comportamentos de acordo com a lógica do rácio custo/investimento e de acordo com a lei da oferta e da procura” (idem). Sendo ainda um processo algo embrionário e contraditório neste período, estes trabalhadores viram-se obrigados a fazer escolhas entre trabalhar ou reivindicar direitos; manter-se no seu posto de trabalho ainda seguro ou ir trabalhar para um empreiteiro onde se ganha mais ou ainda, como no caso de alguns trabalhadores entrevistados, entrar num mundo de pequenos negócios. Esta nova lógica de competição que se construiu sobre os escombros das comunidades operárias abre as portas a uma nova figura produzida numa sociedade vista como uma empresa, a que se veio chamar de forma mais comum: empreendedor. Voltando ao nosso ponto de partida, todo o conflito que se viveu na região de Setúbal e nos estaleiros da Lisnave e da Setenave em particular encerrou-se no início da década de noventa com um período de transição marcado pela inauguração da Autoeuropa e de um novo conjunto de empresas e o nascimento de uma nova composição operária.

Considerações Finais

Partindo do conceito de composição operária e de experiência tentou-se de alguma forma fugir a dois tipos de explicação e narrativa historiográfica: uma que

¹³ Como sugerem Pierre Dardot e Christian Laval na sua obra *The New Way of the World – On Neoliberal Society*: “O sujeito produtivo foi o grande produto da sociedade industrial. Não se tratava apenas de uma questão de aumentar a produção material. O poder tinha também que ser redefinido como essencialmente produtivo, como parte da produção, cujos limites seriam apenas delimitados pelo impacto da sua ação na produção. O correlato deste poder produtivo era o sujeito produtivo – não apenas o trabalhador mas o sujeito que produz bem-estar, prazer e felicidade em todas as áreas de existência”, p. 287.

olhava para este processo como se de uma modernização quase naturalizada se tratasse, em que os custos humanos apesar de desagradáveis se tornaram necessários face à racionalidade de mercado; e um outro tipo de explicação que olhava para esta questão apontando à “traição” por parte das cúpulas sindicais, que teriam facilitado o desmantelamento do corpo operário e a sua derrota.

Sem desvalorizar contributos que resultem destas duas narrativas historiográficas tentou-se neste artigo trilhar um caminho no sentido da elaboração de uma “história operária do capital” (nas palavras de Mario Tronti), tomando como elemento chave os comportamentos da classe trabalhadora no seio das relações capitalistas de produção (Noronha, 2004, p.33-53). Para tal, a história oral enquanto metodologia aliada ao diálogo teórico entre E.P Thompson e a corrente *operaista* permitiu compreender um duplo movimento. Por um lado, foi possível aceder ao relato de um conjunto de fenómenos que de alguma forma deixaram aquilo que Richard Sennett denomina como “as feridas escondidas” da classe operária (1972), sendo possível inquirir a forma como todos estes acontecimentos ganham um significado e são lembrados como dissolução de uma determinada composição operária e da sua estrutura de sentimentos. No entanto, por outro lado foi também possível acompanhar um outro movimento, neste caso, um movimento constitutivo de uma determinada identidade que acabou por se manter no presente, apesar da experiência fragmentada do pós-fordismo. O estaleiro e os processos conflituais ocuparam também um papel agregador da comunidade operária tendo como peça central a dignidade, quando nada mais restava.

Referências

AGUIAR, João Valente, “Levantados do Chão: a formação da classe trabalhadora alentejana (1926-1974)” in *Lutas Sociais*, no27, 2011, pp.31-44.

ALBERTI, Verena, *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

AMARAL, Luís Mira, *A Crise Económica Social do Distrito de Setúbal*; Serv. Inf. Científica e Técnica, M.T.S.S., 1986.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve, *O Novo Espírito do Capitalismo*, Martins Fontes, 2009.

CARDINA, Miguel, “Subjetividade e fontes orais na escrita da história” in José Neves (org.), *Quem faz a História?*, Edições Tinta da China, 2016, pp. 33-40.

COSTA, Steffano, “De Ricoeur a Portelli: memória de operários e História Oral” in XI Encontro Regional Sudeste História Oral, 2015, pp. 1-10.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian, *The New Way of the World – On Neoliberal Society*, Verso, 2013.

FERREIRA, Marieta de M., *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*, FGV, 1994.

GARRUCIO, Roberta, “Chiedi alla ruggine. Studi e storiografia della deindustrializzazione” in *Meridiana*, no 85, 2016, pp. 35-60.

GORZ, André, *Adeus ao Proletariado: Para além do Socialismo*, Forense Universitária, 1982.

GUERRA, Isabel, *Changements Urbain et modes de Vie Dans la Peninsule de Setúbal de 1974 à 1986*, Univ. Tours/ISCTE (Tese de doutoramento), 1991.

HARVEY, David, *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Blackwell, 1991.

HARVEY, David, *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford University Press, 2005.

INGERSON, Alice, “Classes e Consciência de Classe em Vila Nova de Famalicão” in *Análise Social*, Vol. XVII, 1981, pp. 863-884.

KHOURY, Yara, “Apresentação” in Alessandro Portelli, *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

LAINS, Pedro et al., *História Económica de Portugal (1143-2010)*, Esfera dos Livros, 2012.

LAZZARATO, Maurizio, “Construction of Cultural Labour Market” in *European Institute for Progressive Cultural Policies*, 2006.

LIMA, Marinús Pires de; ROSA, Maria Teresa Serôdio et al., *A Ação Sindical e o Desenvolvimento: Uma Intervenção Sociológica em Setúbal*, Edições Salamandra, 1992.

LOPES, José da Silva, *A Economia Portuguesa desde 1960*, Gradiva, 1998.

MARX, Karl, “18 de Brumário de Louis Bonaparte” in *Marx e Engels, Obras escolhidas (vol.1)*, Editorial Vitória, 1961.

- MONTEIRO, Bruno, “Posfácio” in Michel Pialoux e Christina Couroge, *Crónicas Peugeot*, 2013.
- MONTENEGRO, Antonio, “História Oral no Brasil” in *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 10 no 2, 2007, pp.113-126.
- NEGRI, Antonio, *Revolution Retrieved (1967-1983)*, Red Notes, 1988.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael, *Empire*, Harvard University Press, 2000.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael, *El Trabajo de Dionisos*, AKAL, 2003.
- NORONHA, Ricardo Noronha, “ Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social” in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2014, 33 – 53.
- PORTELLI, Alessandro, “História oral italiana: Raízes de um paradoxo”. In: *Revista Tempos Históricos*, vol. 12, 2008, pp. 3-32.
- PORTELLI, Alessandro, “O que faz a história oral diferente”. In: *Revista Projeto História*, vol. 14, 1997, pp. 25-41.
- REVELLI, Marco, “Defeat at Fiat”, in *Class & Capital*, no 16, 1982.
- ROGGERO, Gigi, *Elogio della Militanza: Note su soggettività e composizione di classe*, Derive Approdi, 2016.
- ROSA, Maria Teresa, *Relações Sociais de Trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*; Edições Afrontamento, 1998.
- SANGSTER, Joan, “Oral History and Working Class History: A Rewarding Alliance.” in *Oral History Forum d’histoire orale*, no 33, 2013 pp. 1-15.
- SANTOS, Boaventura Sousa (Org.), *Portugal: Um Retrato Singular*, Edição s Afrontamento, 1993.
- SCOTT, James, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, Yale University Press, 1985.
- SCOTT, James, *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*, Letra Livre, 2013.
- SENNET, Richard; COBB, Jonathan, *The Hidden Injuries of Class*, Cambridge University Press, 1972.
- SOARES, Pedro Rodrigues, *Processos de reestruturação industrial e Desemprego – Implicações Geográficas (O eixo Setúbal – Palmela – Montijo – Alcochete)*; Univ. Lisboa (Tese mestrado), 2000.

TELLES, Vera et. al, “Entrevista com Michel Pialoux e Stéphane Beaud” in *Tempo Social*, v. 18, no1, 2006, pp.13-36.

THOMPSON, E. P., *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P., *Miséria da Teoria*, Zahar Editores, 1981.

TORRES, Alcídio, *História de uma crise: o grito do Bispo de Setúbal*; Lisboa: Notícias, 1996.

TORRES, Alcídio, *D. Manuel Martins: A esperança de um povo*, Âncora, 2001.

TRONTI, Mario, *La Política Contra la Historia*, Traficantes de Sueños, 2016.

VARELA, Raquel, “Os operários da Lisnave – Do conflito à negociação” in *Cadernos AEL*, vol. 17, no29, 2010 pp. 341-360.

WRIGHT, Steve, *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italia and Autonomist Marxism*, Pluto Press, 2002.